

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.043 - SC (2019/0201821-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : MARIA CRISTINA MILITELLI BONADIO
EMBARGANTE : GERSIO BONADIO
ADVOGADOS : GUSTAVO LELIS MOURA DE OLIVEIRA - PE027528
JACQUELINE CAVALCANTI CALADO BORBA - PE011961D
MARCELO DE OLIVEIRA JÚNIOR - PE039369
MÁRIO GIL RODRIGUES NETO - PE008319D
EMBARGADO : DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES
INDEPENDENTES
ADVOGADOS : CLAUDIO MAURO HENRIQUE DAÓLIO - SP172723
CRISTIANE ANGÉLICA LONGO E ALVARENGA - SP172726
MARIANA SOUZA BARROS REZENDE - SP288556
RAFAEL SILVEIRA GARCIA - DF048029
GABRIELA LENORA MACHADO PIENIAK - SP406791
INTERES. : MARTINELLI AUDITORES
INTERES. : CONDOR S.A
ADVOGADO : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S) - SC003210

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão por meio da qual neguei provimento ao recurso especial (fls. 1.690/1.699, e-STJ).

A parte embargante afirma, em síntese, que o julgado foi omissivo, uma vez que o Tribunal de origem “fixou a verba honorária não em R\$ 100.000, 00 (cem mil reais) e sim em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e, por equívoco, multiplicou o valor por 2 (dois) ao considerar que existiriam duas empresas, quando em verdade, constava na relação processual apenas uma, no caso a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES” (fls. 1.704/1.705, e-STJ).

A parte embargada, regularmente intimada, apresentou impugnação de fls. 1.710/1.714, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não há omissão a ser sanada. Com efeito, os honorários advocatícios foram fixados por equidade pelo Tribunal de origem no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), à vista, por exemplo, da complexidade da causa e do trabalho dos advogados, sendo irrelevante o número de sociedades ou filiais que atuam no processo.

Reproduzo, a seguir, excertos da decisão embargada (fls. 1.698/1.699,

e-STJ):

A sentença reconheceu a ocorrência da prescrição e condenou a parte autora ao pagamento dos honorários advocatícios no valor de dez por cento sobre o valor atribuído à causa.

Foi interposta apelação, tendo sido requerida, dentre outros aspectos, a redução da verba honorária, que era estimada em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), considerando-se o valor atribuído à causa, de R\$ 13.925.491,20 (treze milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

Esse pleito foi acolhido. O Tribunal de origem, com base no art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015, fixou os honorários, por equidade, em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Transcrevo, por oportuno, o referido trecho do acórdão recorrido (fls. 1.622/1.623, e-STJ)

À luz de tais considerações, concluo por aplicar ao caso em exame o critério de apreciação equitativa para o arbitramento dos honorários advocatícios de sucumbência, com base no qual, sopesadas todas as nuances já assinaladas, bem como o fato de que o polo passivo da ação é formado por 4 (quatro) litisconsortes, de sorte que a cada qual toca igual fração do montante, fixa-se a verba honorária dos advogados da empresa demandada ainda remanescente na relação recursal (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Recife - PE e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Curitiba - PR, as quais se apresentaram no feito como empresa única, mas não restou apreciado pelo juízo a quo) na quantia certa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) aos procuradores de cada uma delas, totalizando para ambas o montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Não merece acolhimento o pedido dos recorrentes, de redução, pela metade, dos honorários arbitrados, uma vez que a Corte estadual se valeu do critério da equidade (observando-se, dentre outros aspectos, a complexidade da causa e o trabalho dos advogados) para fixar essa verba em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo irrelevante o fato de tal valor ser destinado, por inteiro, à pessoa jurídica ré ou ser dividido meio a meio entre suas filiais.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de

existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

